

Folha de Rosto	
Identificação	
Nome do(a) Consultor(a): Cláudia Maria do Vale	
Número do Contrato: 111056	Nome do Projeto: PCT/BRA/IICA/08/003 – Consolidação do Crédito Fundiário
Oficial Responsável: Aureliano Matos	
Data da Entrega: 27/04/2011	
Classificação	
Áreas Temáticas:	
Programa Nacional de Crédito Fundiário,	
Áreas de Conhecimento:	
Crédito Fundiário, políticas públicas, capacitação.	
Palavras-Chave:	
Mobilização, divulgação e supervisão.	
Resumo	
Qual Objetivo da Consultoria?	
Contribuir para as ações de capacitação dos técnicos das Unidades Técnicas Estaduais e das entidades parceiras do Programa, no que se refere à implementação das ações de mobilização, sensibilização e organização dos potenciais beneficiários e beneficiárias do PNCF.	
Qual Objetivo Primário do Produto?	
Documento contendo avaliação das ações descentralizadas executadas pelas UTE'S e pelas entidades parceiras voltados para a promoção de ações de mobilização, divulgação e supervisão do Programa Nacional de Crédito Fundiário.	
Qual a Finalidade do Produto?	
Avaliar as atividades executadas pelas entidades parceiras na promoção de ações de mobilização, divulgação e supervisão do Programa	
Quais Resultados Alcançados mais Relevantes?	
O empenho das entidades parceiras nas realização das atividades de mobilização. Divulgação e supervisão do Programa.	
O resultado verificado junto às famílias beneficiadas com o Programa Nacional de Crédito Fundiário nessas ações executadas que contribuem com a melhoria das condições e qualidade de suas vidas.	
O que se deve fazer com o produto para Potencializar o seu Uso?	
Apresentação do relatório ao Departamento de Crédito Fundiário para a possível adoção, ressaltando a importância de uma constante análise das ações executadas pelas entidades parceiras e Unidades Técnicas Estaduais para o bom desempenho das atividades realizadas.	



SECRETARIA DE REORDENAMENTO AGRÁRIO
DEPARTAMENTO DE CRÉDITO FUNDIÁRIO
PROJETO CONSOLIDAÇÃO DO CRÉDITO FUNDIÁRIO
PCT BRA/IICA/08/003

PRODUTO 1: Documento contendo avaliação das ações descentralizadas executadas pelas UTE'S e pelas entidades parceiras voltados para a promoção de ações de mobilização, divulgação e supervisão do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Elaborado por CLÁUDIA MARIA DO VALE

Brasília/DF
Abril de 2011

LISTA DE SIGLAS

DCF	Departamento de Crédito Fundiário
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
UTE	Unidade Técnica Estadual
NPT	Nossa Primeira Terra
TNB	Terra Negra Brasil
SRA	Secretaria de Reordenamento Agrário
CPR	Combate à Pobreza Rural
CAF	Consolidação da Agricultura Familiar
FETAEMA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão
FETAES	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo
FETAG-RS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
PAA	Programas de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PADRSS	Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
SIMON	Sistema de Monitoramento
SIC	Subprojeto de Investimento Comunitário
MSTTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais
SIG-CF	Sistema de Informações Gerenciais do Crédito Fundiário

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	5
1.1.	COMBATE À POBREZA RURAL	5
1.2.	CONSOLIDAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	6
1.3.	ADICIONAIS	6
1.3.1	NOSSA PRIMEIRA TERRA	6
1.3.2	TERRA NEGRA BRASIL	7
1.3.3	PNCF - MULHER	7
1.3.4	OPERACIONALIZAÇÃO	7
1.3.5	PRINCÍPIOS DO PROGRAMA	7
2.	IMPORTÂNCIA DA MOBILIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO E SUPERVISÃO NO ÂMBITO DO PNCF	8
3.	PROCEDIMENTOS ADOTADOS NA SELEÇÃO DE ENTIDADES VISANDO A MOBILIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO E SUPERVISÃO DO PNCF	9
4.	ENTIDADES SELECIONADAS PARA EXECUTAREM AS AÇÕES DESCENTRALIZADAS VOLTADAS PARA A PROMOÇÃO DE AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO E SUPERVISÃO DO PNCF	10
4.1.	PROPOSTAS APRESENTADAS PELAS ENTIDADES SELECIONADAS	10
4.1.1	FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO MARANHÃO	10
4.1.2	FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	15
4.1.3	FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL	16
5.	ESTRATÉGIA E METODOLOGIA UTILIZADA	18
6.	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES EXECUTADAS PELAS ENTIDADES SELECIONADAS VOLTADOS PARA A PROMOÇÃO DE AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO E SUPERVISÃO DO PNCF	19
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
7.	REFERÊNCIA	26

1. INTRODUÇÃO:

O Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, foi criado em 2003, atendendo a uma reivindicação histórica do Movimento Sindical dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais – MSTTR, e configura-se como uma política pública que tem por objetivo central a redução da pobreza rural do país e a consolidação da agricultura familiar.

Apresenta como meta central a garantia do acesso à terra aos trabalhadores e trabalhadoras assalariados permanentes ou temporários, diaristas, arrendatários, parceiros, meeiros, agregados, comodatários, posseiros, proprietários de minifúndios rurais, jovens agricultores e agricultoras entre 18 e 28 anos; e agricultores e agricultoras familiares sem-terra, ou com pouca terra. Garante também a implantação de ações que contribuam com a melhoria das condições e qualidade de vida das famílias beneficiárias.

Para atender aos anseios dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, e dos agricultores e agricultoras familiares, o PNCF prevê duas linhas de crédito, com condições de financiamento diferenciadas.

1.1. Combate à Pobreza Rural - CPR

Inicialmente operado com recursos de Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial, hoje esta linha de crédito é uma política pública permanente, a partir da publicação do Decreto Presidencial nº 6.672, de dezembro de 2008.

Tem por objetivo contribuir com redução da pobreza rural e na melhoria das condições e qualidade de vida dos beneficiários e das beneficiárias, mediante a aquisição de imóveis rurais. Possibilita, também, a implantação dos subprojetos de investimentos comunitários.

O financiamento tem o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por beneficiários ou beneficiárias, englobando a compra da terra, a contratação de assistência

técnica e implementação de infra-estrutura produtiva e comunitária. Os recursos investidos na estruturação produtiva e comunitária não são reembolsáveis.

Os juros variam entre 2% a 5% ao ano, com prazo de até 17 anos para quitar o financiamento, incluindo a carência de dois anos, com condições especiais para pagamentos realizados na data prevista. Outra inovação do PNCF se refere aos valores dos imóveis, que são negociados abaixo do preço de mercado.

Esta linha de financiamento visa atender aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais sem terra, ou proprietários e proprietárias de minifúndios com renda anual de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais), e patrimônio familiar menor que R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), que estejam organizados em associações. Desta forma, o Programa contempla as camadas mais empobrecidas da população rural.

1.2. Consolidação da Agricultura Familiar - CAF

Esta linha de crédito é destinada aos agricultores e às agricultoras familiares (individualmente ou em grupo), com renda bruta familiar inferior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e patrimônio inferior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Todo o financiamento é reembolsável.

1.3. Adicionais:

Ainda para atingir seus objetivos, o PNCF tem fomentado as linhas de financiamento com ações direcionadas às demandas dos segmentos que apresentam maior vulnerabilidade social que, historicamente, marcam a formação da sociedade brasileira como um todo.

Assim, são desenvolvidas ações para públicos específicos, por meio de 3 adicionais, que contemplam as necessidades diferenciadas de atendimento, sendo:

1.3.1. Nossa Primeira Terra - NPT: Beneficia jovens de 18 a 28 anos e busca reduzir o êxodo rural, fazendo com que a vida no campo seja uma possibilidade real. Podem ser atendidos jovens sem terra, filhos e filhas de agricultores e agricultoras familiares, ou estudantes de Centros Familiares de Formação por Alternância.

1.3.2. Terra Negra Brasil - TNB: voltado para a inclusão social de trabalhadores e trabalhadoras rurais negros e negras não-quilombolas.

1.3.3. PNCF - Mulher: busca ampliar e fortalecer a participação das trabalhadoras rurais e agricultoras familiares no âmbito do PNCF, mediante o acesso à terra e participação na gestão das associações e nas unidades produtivas.

Para total implantação do Programa, vê-se a necessidade de promover a realização de um conjunto de atividades, que contribuam para o cumprimento das metas estabelecidas. Assim, o PNCF assume uma característica transversal em respeito às diversidades que constituem a população brasileira, principalmente a rural.

1.3.4. Operacionalização

A Secretaria de Reordenamento Agrário – SRA, por intermédio do Departamento de Crédito Fundiário – DCF, vem produzindo um conjunto de instrumentos e ferramentas gerenciais e operacionais, com o objetivo de dar maior transparência, eficiência e efetividade às ações realizadas pela equipe de técnicos, técnicas, consultores, consultoras, gestores, gestoras das Unidades Técnicas Estaduais – UTE’S e das entidades parceiras que compõem sua Rede de Apoio.

Esta flexibilidade permite que os trabalhadores e as trabalhadoras rurais acessem a linha de financiamento que melhor se adequar à sua realidade, isto é, a partir da demanda existente, os atores envolvidos passam a atuar para que a proposta de financiamento saia do papel, e se torne tão sonhada realidade.

1.3.5. Princípios do Programa

Ao longo da execução do Programa foram alcançados vários resultados, mediante a realização de ações e iniciativas implementadas segundo o princípio de descentralização e de metodologias participativas que contaram com a atuação dos governos estaduais, das organizações dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais e dos Conselhos Municipais e Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

O PNCF apresenta, portanto, uma concepção arrojada em relação ao Reordenamento Fundiário, se comparado às ações de acesso à terra tradicionalmente adotadas no país, visto que durante todo o processo, o protagonismo das famílias beneficiárias torna-se elemento prioritário para o sucesso dos projetos, permitindo que a sociedade civil atue no controle democrático das ações governamentais. Neste sentido, os princípios básicos do PNCF são:

Os programas e os atos administrativos decorrentes do PNCF obedecem, entre outros, aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, nos Acordos do art. 37 da Constituição.

As propostas de financiamento serão elaboradas pelas comunidades ou trabalhadores e trabalhadoras beneficiários, de forma participativa, com o apoio da assistência técnica credenciada e com a supervisão da Unidade Técnica Estadual - UTE do PNCF, mantendo desta forma o protagonismo dos sujeitos.

2. IMPORTÂNCIA DA MOBILIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO E SUPERVISÃO NO ÂMBITO DO PNCF:

As ações de mobilização, divulgação e supervisão fazem parte da operacionalização do PNCF e são temas fundamentais para a gestão e o controle social do Programa, coordenado pela SRA do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. As ações de mobilização e divulgação tem possibilitado ampliar o conhecimento dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais no acesso ao Programa, através da melhoria dos processos, organização social e fortalecimento do controle social das ações no âmbito do PNCF.

Estas ações vem contribuindo no fortalecimento do processo de sensibilização e no protagonismo dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, assegurando o desenvolvimento sustentável dos beneficiários do PNCF.

Com relação as ações de supervisão, contribui para identificar a real situação das atividades produtivas do Crédito Fundiário. Este processo é importante pois proporciona qualificar:

- a intervenção dos sindicatos de trabalhadores rurais no PNCF;
- a ampliação da definição de estratégias de mobilização social, e
- as ações dos sindicatos na gestão e controle do Social do PNCF.

3. PROCEDIMENTOS ADOTADOS NA SELEÇÃO DE ENTIDADES VISANDO A MOBILIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO E SUPERVISÃO DO PNCF:

Com o objetivo de apoiar projetos no sentido de promover um amplo debate no âmbito do Programa com ênfase na mobilização, divulgação e supervisão das unidades produtivas, a SRA adotou a estratégia de Chamamento Público visando selecionar entidades parceiras para a execução dessas ações.

Assim, o MDA, por intermédio da SRA, tornou público o Chamamento Público de Projetos e convidou as entidades e instituições sem fins lucrativos, que fazem parte da Rede de Apoio e/ou atuam como parceiras na execução do PNCF, a apresentarem propostas para promover e apoiar ações de mobilização, divulgação e no contexto do PNCF nos Estados do Espírito Santo, Maranhão e Rio Grande do Sul segundo as diretrizes e temas definidos no Chamamento.

As propostas apresentadas foram direcionadas para promover ações de mobilização, divulgação e supervisão no âmbito do PNCF nos Estados do Espírito Santo, Maranhão e Rio Grande do Sul por meio de ações voltadas para os trabalhadores (as) rurais do PNCF, potenciais beneficiários do PNCF, lideranças, dirigentes, técnicos (as) do MSTTR e de instituições parceiras no Programa dos Estados do Espírito Santo, Maranhão e Rio Grande do Sul..

O Chamamento de Projetos foi voltado para os os Estados do Espírito Santo, Maranhão e Rio Grande do Sul, entidades parcerias que compõem a Rede de Apoio do PNCF, conforme o seu modelo descentralizado de gestão e em especial as UTE'S.

Indiretamente serão favorecidos os potenciais beneficiários do PNCF, lideranças, dirigentes, técnicos (as) do MSTTR e de instituições parceiras no PNCF dos Estados do Espírito Santo, Maranhão e Rio Grande do Sul.

4. ENTIDADES SELECIONADAS PARA EXECUTAREM AS AÇÕES DESCENTRALIZADAS VOLTADAS PARA A PROMOÇÃO DE AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO E SUPERVISÃO DO PNCF:

As propostas foram selecionadas por meio de uma análise técnica do enquadramento das propostas das respectivas entidades, análise técnica. As propostas selecionadas resultaram na celebração de convênios, após a apresentação dos documentos exigidos no Decreto 6.170, de 25 de julho de 207 e a Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008.

Após análise da documentação apresentada e em atendimento aos requisitos solicitados no chamamento, as entidades selecionadas foram:

- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão;
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo;
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul.

4.1. PROPOSTAS APRESENTADAS PELAS ENTIDADES SELECIONADAS:

4.1.1 - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão - FETAEMA;

- A FETAEMA apresentou como Título do Projeto: Mobilização, Capacitação, (Re) Qualificação de Demandas e Monitoramento do PNCF no Estado do Maranhão.

O Objeto visa desenvolver ações voltadas para a consertação do PNCF no Maranhão, com ênfase na mobilização dos potenciais beneficiários, qualificação e requalificação de demandas; capacitação dos/das beneficiários/as e no controle social do Programa.

Apresentaram como justificativa que o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS, tem como eixos centrais o acesso a terra, através de uma ampla e massiva reforma agrária, e o fortalecimento da agricultura familiar. No entanto, a realização da reforma agrária através do Instituto da desapropriação por interesse social tem sido limitada pela legislação agrária.

O MSTTR continua lutando para ultrapassar as barreiras por impedem a reformar agrária, mas compreende que o PNCF, como ação complementar à reforma agrária, apresenta-se como uma oportunidade para suprir parte da lacuna aberta pela legislação agrária.

Essa oportunidade de acesso a terra através do PNCF ganha maior importância diante do reconhecimento dos direitos dos agricultores/agricultoras familiares obterem, em tempo hábil, as condições para instalação dos assentamentos com infra-estrutura, assistência técnica e crédito rural. Além da possibilidade de integração de outras políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Pronera, Minha Casa Minha Vida, dentre outras.

De acordo com o painel de indicadores da SRA/MDA de 21 de julho de 2009, a implementação do PNCF no Maranhão resultou na instalação de 298 unidades produtivas, nos quais se encontram 8.644 famílias beneficiadas, o equivalente a 11,56 % do total de famílias assentadas pelo Programa no país.

Os recursos relativos ao Subprojeto de Investimentos Comunitários - SIC, destinado para a implantação de projetos produtivos, infra-estrutura e assistência técnica, alcançaram, até 2009, recursos da ordem R\$ 71.567.447,00, o que corresponde a 19,27% do total de recursos investidos em âmbito nacional. Por outro lado, os investimentos em aquisição de terra somam R\$ 53.654.433,00.

Devido a uma série de dificuldades, dentre as quais, indícios de irregularidades detectados na implementação deste Programa, a sua paralisação na contratação, a partir do ano de 2007, foi inevitável.

Depois de intensas negociações, o MDA, através da SRA pactuou, com o Governo do Estado do Maranhão e outros entes governamentais, o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, o qual, em todas as suas cláusulas, busca a retomada da contratação do PNCF no Estado do Maranhão numa situação de regularidade, com boas práticas de gestão dos recursos e focado no fortalecimento da agricultura familiar. Em outros termos, o governo do Estado do Maranhão se compromete a sanar todas as irregularidades encontradas.

A FETAEMA, tomando conhecimento dos pontos pactuados no documento se posicionou favorável ao mesmo, assim como se colocou à disposição da SRA e se comprometeu com a implementação do Programa numa situação de regularidade, particularmente, para articular a efetivação do controle social e a assistência técnica, além de qualificar e requalificar as demandas ao PNCF.

A FETAEMA reconhece que, mesmo diante de todas as dificuldades acima elencadas, o PNCF é uma alternativa viável e promissora e poderá viabilizar o acesso a terra a centenas de agricultores/agricultoras familiar e garantir um retorno em curto prazo para os grupamentos contemplados.

Este projeto se justifica mediante a necessidade do MSTTR contribuir com a retomada da implementação do PNCF no Estado do Maranhão, de maneira que as demandas de aquisição de terra reprimidas e represadas, possam se transformar em projetos de desenvolvimento concretos, executados sob a égide de um controle social eficiente. Assim, contribuindo para a democratização do acesso a terra, requisito fundamental para a construção da cidadania no campo.

Apresentou ainda na justificativa deste projeto que levando em consideração a grande quantidade de demandas reprimidas na UTE e a superação do problema da desinformação sobre as normas do Programa, que serão sanados através do processo de

mobilização das famílias; qualificação e requalificação das demandas e capacitação de 82 grupamentos, o que resultará em 2.000 famílias potenciais beneficiárias.

➤ A metodologia do Projeto baseia-se nos princípios da participação, construção coletiva de conhecimentos e na aplicação destes princípios no planejamento e execução das ações. Tal processo deve garantir a autonomia dos beneficiários/as em todas as etapas de implantação e implementação do projeto.

A construção de um novo modelo de desenvolvimento para o campo, referenciado nas linhas mestras do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, a reforma agrária ampla e massiva e o fortalecimento da agricultura familiar, deverão nortear todas as discussões e práticas deste projeto. Em outros termos, o Projeto de Mobilização, Capacitação, (Re) Qualificação e Demandas e Monitoramento do PNCF no Estado do Maranhão é um instrumento construído pela FETAEMA para ajudar a implementar o PNCF dentro dos quadrantes do PADRSS.

A operacionalização do Projeto envolve uma Coordenação político-institucional e uma coordenação técnico-pedagógica, responsáveis pela execução do Projeto. O Coordenador Político-institucional, além de desempenhar o papel de representante da FETAEMA diante dos organismos governamentais e não governamentais, atuará na coordenação geral do projeto. Por sua vez, o Coordenador Técnico Pedagógico terá a responsabilidade de assessorar a coordenação político-institucional.

Além de apoiar os articuladores/ operadores a equipe de articuladores/operadores atuará diretamente no desenvolvimento de atividades previamente planejadas. Estas atividades deverão estar em consonância com os objetivos e metas estabelecidas no projeto. Portanto esta equipe desenvolverá as atividades de mobilização e capacitação dos/as potenciais beneficiários/beneficiárias, através de reuniões, visitas técnicas e palestras. Atuarão ainda, na organização dos grupos e assessoramento destes no processo de elegibilidade dos beneficiários e das beneficiárias na elaboração de propostas de financiamento e escolha dos melhores imóveis a serem adquiridos.

O cadastro das demandas dos potenciais grupos beneficiários no Sistema de Informação Gerencial do Crédito Fundiário - SIG-CF também fazem parte do elenco de

atribuições das equipes de articuladores/operadores, assim como auxiliar na capacitação dos dirigentes sindicais e lideranças comunitárias. Mensalmente cada membro desta equipe deverá emitir um relatório de atividades, especificando as atividades realizadas, conforme exigência da FETAEMA.

A capacitação dos dirigentes sindicais, lideranças comunitárias e técnicos na temática do controle social será levada a efeito em três momentos:

➤ Primeiro Momento - A sensibilização e comprometimento das instituições e técnicos/técnicas. Será o evento de lançamento do projeto, o seminário de nivelamento conceitual e metodológico do projeto. Serão discutidas também, temáticas relativas ao PNCF no contexto da Política de Reforma Agrária.

Neste evento, deve-se apresentar o projeto, demonstrar a sua importância para a boa implementação do PNCF enquanto ação completar a reforma agrária e selar parcerias com organismos governamentais e não governamentais.

➤ O segundo momento - Será dedicado à realização de dois dos cursos através dos quais serão ministrados conteúdos relativos às temáticas que nortearão ações e o desenvolvimento de habilidades dos/das capacitandos/capacitandas para o efetivo controle social do PNCF.

➤ O terceiro momento - Compreende a supervisão dos projetos já negociados pela Federação, ou seja, o exercício do controle social, nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, nos Colegiados Territoriais, na Câmara Técnica do PNCF, no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, no conselho gestor do projeto e no processo de elegibilidade de beneficiários/beneficiárias do PNCF.

A transversalidade de gênero e a inserção cidadã da juventude rural e negros não quilombolas será assegurada em todas as etapas de implantação e implementação do projeto. O alcance da meta e formulação de processos de aquisição de imóveis rurais para grupos jovens rurais - selo Nossa Primeira Terra - NPT, grupos de mulheres - selo PNCF - Mulher e selo Terra Negra é apenas um aspecto da perspectiva de inclusão social. As idéias que nortearão a prática da transversalidade de gênero, geração raça e

etnia deverão ser compreendidas e aplicadas em todas as etapas de implementação deste projeto.

Vale destacar que a presente proposta aprovada, por problemas administrativos, não foi celebrado convênio e por não haver outra entidade que teve sua proposta aprovada para a execução das atividades voltadas para a promoção de ações de mobilização, divulgação e supervisão do PNCF não foi celebrado convênio para o estado do Maranhão.

4.1.2. - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo - FEATAES:

➤ A FEATAES apresentou como Título do Projeto: Projeto técnico visando o apoio à operacionalização do PNCF no Estado do Espírito Santo.

O Objeto visa promover ações de acompanhamento, supervisão e capacitação de modo a proporcionar a implantação de infra-estrutura básica e de investimentos comunitários necessários à estruturação das unidades produtivas constituídas com financiamento do Fundo de Terras e pelas associações beneficiárias do Subprograma de Combate à Pobreza Rural de forma a viabilizar o desenvolvimento produtivo com sustentabilidade.

Considerando a necessidade de dar continuidade à implementação e execução do PNCF no Estado do Espírito Santo, tendo em vista a publicação do Decreto 6672, que criou o Subprograma de Combate à Pobreza Rural e a necessidade de promover ações consideradas de grande contribuição para a sedimentação das bases da Agricultura Familiar, justifica-se a necessidade de promover o acesso das famílias que sobrevivem em condições desfavoráveis criando alternativas de geração de trabalho e renda para as famílias que estão abaixo da linha de pobreza rural.

A ação se justifica ainda considerando a grande concentração fundiária no Estado e o baixo índice de desenvolvimento humano nas diversas regiões, bem como as ações de valorização do trabalho no campo que contribuem para a permanência do homem nas áreas rurais.

E finalmente destacam os bons resultados obtidos no âmbito do Programa, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos, no Estado do Espírito Santo demonstrados pela ampla aceitação e ainda pela demanda significativa de famílias que anseiam em adquirir sua propriedade por meio do PNCF.

➤ Apresentou como metodologia de execução proposta informando que será contratada uma equipe especializada de onze técnicos agrícolas para realizar o diagnóstico (levantar dados, realizar entrevistas/questionários, oficinas e produzir e entregar o diagnóstico pronto para reprodução gráfica).

As entrevistas/questionários serão aplicados por amostragem, buscando atingir/atender criteriosamente o público/alvo do PNCF e as entidades, ONG's e setores públicos que tenham relação direta ou indireta com o mesmo. O monitoramento e acompanhamento será realizado pela equipe que também realizara o diagnóstico, para sabermos da realidade das unidades produtivas (prestação de contas, quadro social, meio ambiente, PRONAF A, dentre outros) e para orientações nas dificuldades encontradas.

O apoio técnico e operacional ficará concentrado na região metropolitana de Vitória, onde atenderá e resolverá as questões solicitadas pela equipe de campo. A capacitação das unidades produtivas se dará através de palestras e debates em aplicação de recursos de SIC/SIB, PRONAF A e Políticas Públicas, que será realizada nas 12 micro-regiões do Espírito Santo através de 20 seminários ou reuniões de pólos.

4.1.3. - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul – FETAG:

➤ A FETAG apresentou como Título do Projeto: Apoio à execução do PNCF nas ações de monitoramento e acompanhamento dos beneficiários do Programa no Estado do Rio Grande do Sul.

O objeto visa o fortalecimento das ações do PNCF por meio do monitoramento e acompanhamento das famílias beneficiadas pelo Programa, como forma de qualificar a execução desta política pública ampliando o acesso da terra e garantindo o processo sucessório da agricultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul.

A FETAG apresentou como justificativa que o Programa vem atender a necessidade de obtenção de terras e de infra-estruturas sociais e produtivas capazes de fortalecer a agricultura familiar do Estado. Para tanto é necessário implementar mecanismos de avaliação e monitoramento do PNCF em toda sua cadeia de execução, mas principalmente para quantificar o nível de impacto desta política pública no público beneficiário que são as famílias dos agricultores familiares.

O acesso ao Crédito Fundiário pelos agricultores familiares sempre foi uma reivindicação do movimento sindical e que a FETAG sempre priorizou o debate pela melhoria e pela qualificação deste Programa. Desta forma a Federação estará contribuindo com a solidificação desta política pública fundamental para a sucessão da agricultura familiar no Rio Grande do Sul e que os resultados obtidos com este trabalho de parceria com o MDA serão satisfatórios, atendendo as expectativas e metas propostas pelo movimento sindical.

Na metodologia de execução proposta foi informado pela FETAG que as ações de monitoramento serão implantadas basicamente em três momentos:

- O primeiro momento - Será através da capacitação da equipe técnica no intuito de orientá-los para o processo de articulação das entidades locais quanto ao apoio necessário durante as visitas e no preenchimento dos questionários das propriedades dos agricultores beneficiários do PNCF;
- No segundo momento - Serão realizadas as visitas nas propriedades dos beneficiários do Programa, com o devido preenchimento dos questionários e a tabulação das informações no SIMON - Sistema de Monitoramento.
- No terceiro momento - Como conclusão do trabalho, está previsto a divulgação dos resultados do SIMON, com debates para avaliar o desempenho do projeto e também a situação das famílias beneficiadas pelo PNCF.

As ações do projeto estarão ocorrendo de modo intercalado para que o trabalho aconteça de modo integrado como um todo, para tanto, pretende-se realizar um treinamento e nivelamento específico, que qualifique os profissionais envolvidos para que façam uma intervenção qualificada nas realidades regionais obedecendo aos critérios das

Políticas Públicas dos Governos Federal e Estadual, dentro de uma visão sistêmica de territorialidade e fortalecimento da organização da produção da agricultura familiar.

O projeto prevê que junto à equipe técnica a Federação terá um Coordenador do Projeto que de além de monitorar e subsidiar a equipe técnica, deverá fazer a interlocução da FETAG-RS com as entidades parceiras do PNCF e com a UTE.

As ações do projeto estarão ocorrendo de modo intercalado para que o trabalho aconteça de modo integrado como um todo, para tanto, pretende-se realizar um treinamento e nivelamento específico, que qualifique os profissionais envolvidos para que façam uma intervenção qualificada nas realidades regionais obedecendo aos critérios das Políticas Públicas dos Governos Federal e Estadual, dentro de uma visão sistêmica de territorialidade e fortalecimento da organização da produção da agricultura familiar.

5. ESTRATÉGIA E METODOLOGIA UTILIZADA:

As entidades selecionadas apresentaram em suas propostas a metodologia a ser utilizada na execução das atividades voltadas para a promoção de ações de mobilização, divulgação e supervisão do PNCF.

As atividades propostas visaram a implementação de estratégias, metodologias participativas, materiais instrucionais, entre outros, que possibilitem o aprimoramento da abordagem das ações de mobilização, divulgação e supervisão.

Nas ações de capacitação de lideranças, dirigentes e trabalhadoras e trabalhadores rurais visando aprimorar o acesso ao PNCF por meio de um processo de mobilização e divulgação mais qualificado.

As metas propostas promoveram ações de mobilização, divulgação e capacitação dos potenciais beneficiários visando qualificar e dar maior agilidade no acesso ao Programa, promovendo também a qualificação dos parceiros do Crédito Fundiário visando otimizar e qualificar a execução do PNCF nos Estados do Espírito Santo, Maranhão e Rio Grande do Sul.

As ações de divulgação, capacitação e qualificação da demanda para o acesso ao PNCF foram programadas para serem realizadas por meio de:

- ✓ Confeção do material didático;
- ✓ seminário estadual para apresentação do PNCF junto aos parceiros sociais;
- ✓ realização de encontros regionais e/ou territoriais ou palestras de mobilização e qualificação da demanda do PNCF.

A promoção de ações de acompanhamento e supervisão de modo a qualificar a execução do PNCF.

6. AVALIAÇÃO DAS AÇÕES EXECUTADAS PELAS ENTIDADES SELECIONADAS VOLTADOS PARA A PROMOÇÃO DE AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO E SUPERVISÃO DO PNCF:

De acordo com o relatório de execução física das metas e atividades previstas destacamos abaixo as ações executadas visando a promoção de ações de mobilização, divulgação e supervisão do PNCF:

A FETAES realizou as ações de mobilização, divulgação e supervisão das unidades produtivas do PNCF no Estado do Espírito Santo. As atividades foram realizadas em vários municípios do Estado.

As reuniões contaram com a participação dos beneficiários, técnicos da rede de apoio, dirigentes sindicais e parceiros do PNCF realizada no Município de Viana ES, contando com a participação também dos representantes dos diversos Municípios de Mimoso do Sul, Santa Leopoldina, Muniz Freire, Colatina, Santa Teresa, Afonso Cláudio, São Roque do Canaã, Barra de São Francisco, Gerônimo Monteiro, Ibitirama, Santa Maria de Jetiba, Sao Mateus, Mantenopolis, Nova Venecia e Sao Gabriel da Palha.

O evento teve início com o painel contendo:

- ✓ Apresentação do Vídeo Institucional do PNCF e apresentação das novas Mudanças do PNCF (tetos, juros, prazos, carências);
- ✓ Apresentação das Normas de Regularização e Revitalização dos Projetos Financiados pelo Fundo de Terras e Socialização do Diagnóstico que esta sendo realizado nas Unidades Produtivas do PNCF;
- ✓ Apresentação do Programa Nacional de habitação rural;
- ✓ Socialização sobre Exigências tributárias das Associações junto a Receita Federal e Confecção de Ficha/Bloco de notas de Produtor Rural para beneficiários do PNCF;
- ✓ Debate entre os participantes e troca de experiências;
- ✓ Socialização dos Programas de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar -PAA e Programa Nacional de Alimenta~ao Escolar – PNAE;
- ✓ Diagnóstico, monitoramento e acompanhamento dos Beneficiários do PNCF;
- ✓ Concretização do diagnóstico – levantamento de dados, realizando entrevistas e preenchendo questionários aplicados por amostragem.
- ✓ Foram realizadas também visita às unidades produtivas para preenchimento do questionário, com o intuito de levantar informações referentes à situação das unidades produtivas e Beneficiários do Programa.

E importante ressaltar que o diagnóstico visa saber como esta a vida das pessoas na propriedade, sua produção, vida em família, situação financeira, se conseguem pagar o financiamento, a qualidade de vida, as condições, se tem acesso a estrada e moradia, escola, bem como dar melhores condições do beneficiário ter acesso as políticas publicas.

A equipe de trabalho se dirigiu aos Municípios, visitando as Unidades produtivas, de modo a estreitar o canal de comunicação com os beneficiários. As entrevistas foram realizadas por todas as famílias existentes nos Unidades Produtivas. Tal atividade foi importante e facilitou o processo do diagnóstico no preenchimento do questionário.

Vale destacar que o relatório refere-se à realização de diagnóstico nas Unidades produtivas, com entrevista e preenchimento de questionário das famílias.

Com o diagnóstico, foi possível levantar dados, atingir/atender criteriosamente o público/alvo do PNCF e as entidades, ONG e setores públicos que tenham relação direta ou indireta com os mesmos.

O monitoramento e acompanhamento foram realizados pela equipe que também realizou o diagnóstico, onde foram obtidas informações referentes às unidades produtivas, prestação de contas, quadro social, meio ambiente, PRONAF A, dentre outros e para orientações nas dificuldades encontradas.

No relatório da FETAG/RS, foi apresentado os resultados das atividades desenvolvidas na primeira etapa do convênio, a Federação trabalhou na preparação dos instrumentos e materiais metodológicos para a oficina de capacitação com sua efetiva realização com o intuito de capacitar a equipe de articuladores para o trabalho de visitas a campo.

A equipe iniciou os trabalhos de visitas nas propriedades dos beneficiários do PNCF, com devido preenchimento do questionário de acompanhamento do SIMON – Sistema de Monitoramento.

A FETAG-RS enquanto parceira do Programa Nacional de Crédito Fundiário vem atuando junto aos seus sindicatos desde o início da execução. Foram desenvolvidas ações nas quais destacamos orientações aos agricultores quanto às informações básicas do Programa, além de auxiliar na escolha dos imóveis, definição do projeto produtivo, na seleção da elegibilidade dos beneficiários junto aos Conselhos Municipais, preenchimento das propostas e cadastro no sistema - Sistema de Informações Gerenciais do Crédito Fundiário - SIG-CF.

No Estado do RS já foram beneficiadas mais de 13.000 famílias pelo PNCF, sendo que a FETAG se destaca enquanto principal parceira do MDA na execução do Programa. Pois do número total de famílias beneficiadas a Federação através de seus sindicatos mobiliza e encaminha cerca de 40% das propostas de financiamento.

Foi realizada uma oficina para mobilização, divulgação e capacitação da equipe técnica com o objetivo de aperfeiçoar os instrumentos de monitoramento através do SIMON (sistema de monitoramento) do PNCF.

Realização de visitas nas propriedades contratadas pelo PNCF, para obter informações referentes à propriedade e à família.

Na sede da FETAG/RS, foi realizada a oficina de capacitação e orientação técnica, com o objetivo de preparar os articuladores para a realização das visitas nas propriedades das famílias beneficiadas pelo PNCF em 64 municípios do Estado.

A oficina teve o caráter mais de aperfeiçoamento para a equipe técnica, com a capacitação dos instrumentos de monitoramento através do SIMON – Sistema de Monitoramento. Com carga horária de 16 horas, organizada em conjunto com a assessoria da FETAG, da UTE no Estado.

O encontro abordou vários temas, dentre eles a importância do PNCF para a agricultura familiar e uma abordagem geral sobre a execução do PNCF no Estado do RS destacando pontos positivos e algumas dificuldades enfrentadas pelas famílias beneficiadas.

Participaram efetivamente da programação da oficina o Supervisor do PNCF no Estado, onde trabalhou com a equipe sobre o objetivo do SIMON, noções básicas de análise do sistema e principalmente sobre a forma de abordagem durante as visitas as famílias, ou seja, foi realizado uma simulação no preenchimento do .

Também foram tratados com a equipe sobre o envolvimento e apoio dos atores sociais no município, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Escritórios Municipais da EMATER, Prefeitura Municipal, durante as visitas às famílias dos beneficiários do PNCF.

Foi informado que no próximo período das atividades previstas para a segunda etapa, a realização de uma avaliação dos resultados, das dificuldades enfrentadas, pretende-se realizar uma segunda oficina para avaliar além dos dados apresentados, quais as percepções da equipe de articuladores em relação às famílias visitadas. Ou seja, quais as principais dificuldades enfrentadas pela equipe durante entrevista e quais as adversidades encontradas no momento da busca das informações frente às realidades das propriedades e dos municípios visitados.

Esse trabalho da equipe, desde a oficina de capacitação, visita a campo e preenchimento do Sistema, está sendo monitorado pela Coordenação do Projeto.

O trabalho de coordenação das ações do Projeto vem sendo acompanhado pela assessora da FETAG, que vai desde a elaboração de materiais de orientação e capacitação da equipe técnica durante a oficina, no apoio a equipe durante a visita às famílias e principalmente na mobilização, divulgação e supervisão do PNCF.

O trabalho do Gestor Pedagógico além do subsídio a oficina de capacitação dos articuladores, esteve elaborando os instrumentos metodológicos para aplicação do questionário, monitorando e acompanhando o trabalho da equipe técnica.

Nas visitas realizadas, os beneficiários tem recebido a entrevista com muito entusiasmo, falando de suas dificuldades e conquistas, depois que adquiriram sua própria terra; Na maioria deles enfrentam uma grande dificuldade com a assistência técnica, na maioria tem que procurar um atendimento ou orientação para as culturas em suas propriedades, com exceção daqueles que utilizaram o investimento PRONAF A, onde os técnicos são obrigados a dar um atendimento no mínimo 2 vezes por ano, ate 4 anos. Um ponto positivo mais mencionado nas entrevistas, e o atendimento que o Sindicato tem dado, prestando informações quanta ao Programa e incentivando as empresas que prestam assistência técnica, Cooperativa, EMATER e outras, a visitarem as propriedades e levar maiores orientações para uma maior produtividade nas propriedades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Avaliando o trabalho realizado até o momento, podemos destacar as ações executadas pelas entidades na promoção de um amplo processo de mobilização, divulgação e supervisão do PNCF de forma mais qualificada e participativa.

Podemos destacar ainda que as atividades executadas até o momento junto às famílias beneficiadas tiveram sua importância no sentido de valorizar os agricultores familiares beneficiados com o Programa, na condição de diagnosticar as condições de vida das famílias e principalmente as dificuldades enfrentadas, bem como o envolvimento dos atores sociais em ampliar a participação na perspectiva de apoiar o desenvolvimento das unidades produtivas.

Analisando as ações executadas verificamos o envolvimento dos atores sociais nas localidades visitadas para com a seriedade na execução do PNCF, pois além dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais com suas lideranças, houve a participação também das Secretarias de Agricultura dos municípios e dos Escritórios da EMATER, que se mobilizaram e se dedicaram no auxílio para realização das visitas e da mobilização, divulgação e supervisão dos beneficiários no sentido da importância do referido trabalho.

Não podemos deixar de relatar a importante interlocução desta política pública para com as famílias de agricultores e com outras políticas complementares que estão sendo disponibilizadas. E que a viabilização destas famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário estará muito dependente da correta aplicação dos recursos disponibilizados para a infra-estrutura da propriedade e na introdução do projeto produtivo e do constante acompanhamento e supervisão das entidades locais e do próprio Governo.

A mobilização, divulgação e supervisão do PNCF, esta sendo muito bem aceita pelos beneficiários, onde verificamos que uma das dificuldades apresentadas com relação à assistência técnica, pois aqueles beneficiários que não são integrados a alguma empresa não tem nenhuma assistência técnica a não ser a específica do PRONAF.

O Crédito Fundiário por meio das ações descentralizadas de mobilização,



SECRETARIA DE REORDENAMENTO AGRÁRIO
DEPARTAMENTO DE CRÉDITO FUNDIÁRIO
PROJETO CONSOLIDAÇÃO DO CRÉDITO FUNDIÁRIO
PCT BRA/IICA/08/003

divulgação e supervisão das famílias beneficiadas pelo Programa, qualificam a execução desta política pública ampliando o acesso da terra e garantindo o processo sucessório da agricultura familiar nos Estados do Rio Grande do Sul e Espírito Santo.

Desta forma, constatamos que as ações descentralizadas de mobilização, divulgação e supervisão desenvolvidas pelas entidades parceiras estão contribuindo com a solidificação desta política pública fundamental para a sucessão da agricultura familiar nos estados do Espírito Sano e Rio Grande do Sul, e que os resultados obtidos até o presente momento com este trabalho de parceria com o MDA estão sendo satisfatórios, atendendo as expectativas e metas propostas pelos convênios celebrados.

REFERÊNCIA:

- Chamamento Público para Apresentação de Projetos para Apoio à Execução do Programa Nacional de Crédito Fundiário – 2010 - Apoio A Projetos Para Promover Ações De Mobilização, Divulgação e Supervisão do PNCF nos Estados do Espírito Santo, Maranhão e Rio Grande Do Sul. Disponível em < <http://www.mda.gov.br> e www.creditofundicario.org.br> Acesso em 01 e 02 de abril de 2011;
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – Procedimento Administrativo de nº 55000.001445/2010-89, Interessado Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Espírito Santo, III volumes, consulta no período de 04 a 08 de abril de 2011;
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário – Procedimento Administrativo de nº 55000.001464/2010-13, Interessado Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Rio Grande do Sul, II volumes, consulta no período de 11 a 15 de abril de 2011.

CLÁUDIA MARIA DO VALE
Consultora PCT/IICA/MDA

De acordo,
, de de 2011

RAQUEL PORTO SANTORI
Coordenadora Geral de Capacitação e ATER